

## **CARTA AO PRESIDENTE DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO: ATAQUE ÀS URNAS ELETRÔNICAS**

Vimos por meio desta carta reforçar nossa defesa do sistema eleitoral brasileiro e da integridade das urnas eletrônicas, como instrumentos fundamentais e legítimos para o processo eleitoral do país. Com as repercussões falaciosas sobre as eleições brasileiras e discursos contrários à democracia, é importante que estejamos ativos nas pautas em prol do fortalecimento de nossas instituições e do reconhecimento dos direitos fundamentais como pilares essenciais para a garantia da preservação da ordem constitucional.

Diante disso, solicitamos que o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), especificamente por meio de seu presidente, se manifeste representando o presente Conselho e Controladoria-Geral da União (CGU), diante dos ataques às urnas eletrônicas, especialmente quanto à sua segurança, reforçando que não há evidência de fraudes em eleições anteriores e que há sim mecanismos eficazes de auditoria e fiscalização das mesmas. Além disso, solicitamos que a CGU dê ampla transparência a todas as ações realizadas enquanto entidade fiscalizadora, apresentando todas as evidências que coletar que confirmem a confiança na integridade e segurança das urnas eletrônicas.

É dever do Estado, de funcionárias e funcionários públicos e de todos os cidadãos e cidadãs compreenderem todas as etapas de preparação das eleições brasileiras, as quais estão expressamente transparentes e acessíveis à sociedade a partir da atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de modo que possam comprovar a legalidade e legitimidade do processo eleitoral no país e mitigar a disseminação de notícias falsas sobre as eleições no Brasil.

Considerando que a finalidade do CTPCC é servir como um espaço de debates e aprimoramento dos métodos e sistemas de controle em prol da transparência e do combate à corrupção e à impunidade, que a CGU se considerou apta a participar da fiscalização das urnas eletrônicas a convite do Tribunal Superior Eleitoral, e tendo em vista que o papel da CGU como agente do Estado é de prevenir e combater todas as formas de corrupção de modo correccional, reiteramos nossa preocupação e reforçamos a importância do posicionamento do CTPCC no referido caso de ataque às urnas eletrônicas e em relação à atuação dos órgãos públicos expressamente mencionados na carta, em favor da transparência e integridade pública no exercício de suas atividades para o país.

As entidades abaixo assinadas solicitam o posicionamento do referido presidente do Conselho, diante do ataque às urnas eletrônicas.

São Paulo, 4 de agosto de 2022.

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

Open Knowledge Brasil

Transparência Brasil